



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24<sup>a</sup> REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## **Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Execução de Mandados**

P R O V A

Português  
Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## PORTUGUÊS

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue, trecho de um artigo publicado em **1948**.

*O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados. A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos. Assim sendo, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial, e a consequência disso é vivermos sem poder equilibrar duas forças contraditórias, que passamos a expor.*

*Com efeito, pelo fato de sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso, sem ligação com o progresso da vida moderna. Assim, desenvolvem-se necessidades locais muito específicas, requerendo medidas locais e economia orientada para as zonas do interior, já que o nível dessas populações as coloca, mais ou menos, conforme o caso, à margem dos tipos modernos de vida econômica. Por outro lado, como estamos na dependência dos grandes centros econômicos, a nossa economia é solicitada, a cada momento, a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial – o que acarreta a necessidade de uma política econômica de caráter geral, com medidas de larga escala, voltadas para as exigências da balança internacional de comércio. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.*

(Antonio Candido, **Folha Socialista**, nº 3. São Paulo, 1948)

1. O texto expõe a seguinte idéia fundamental:

- (A) O desenvolvimento do Brasil vem se acelerando a despeito do ritmo da economia capitalista.
- (B) O fato de nossa economia ser essencialmente rural impossibilita medidas econômicas localizadas.
- (C) O entrave do nosso desenvolvimento econômico está na dificuldade de conciliarmos medidas pontuais e medidas de caráter geral.
- (D) A superação de nossas contradições econômicas implica a adoção de medidas orientadas para as zonas mais desenvolvidas.
- (E) As contradições de nossa economia são inerentes à implantação do sistema mundial de mercados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Na frase *O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados*, as ações destacadas mantêm entre si uma relação de exclusão.
- II. Na frase *A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das grandes economias internacionais*, o segmento destacado tem o valor de uma ressalva.
- III. Na frase *A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos*, o segmento destacado tem o valor de uma hipótese.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

Mantém-se o sentido original da frase acima em:

- (A) Essas duas tendências contraditórias não deixam de possibilitar que, no Brasil, ainda hoje se estabeleça uma difícil harmonia.
- (B) No Brasil, a problemática conciliação dessas duas orientações conflituosas ainda não se efetivou.
- (C) Ainda assim é difícil a conciliação entre essas forças opostas, conquanto venha a se estabelecer no Brasil.
- (D) Até hoje não se determinou, no Brasil, a dificuldade de equilíbrio dessas tendências inconciliáveis.
- (E) No Brasil, mesmo agora a difícil superação dessas forças harmônicas ainda não se estabeleceu.

4. Na reconstrução de uma frase do texto, **desrespeitou-se** a concordância verbal em:

- (A) Às economias nacionais não se permite, modernamente, que se desenvolvam de modo autônomo e competente.
- (B) Ainda não se encontraram, para essas duas tendências contraditórias, quaisquer possibilidades de harmonização.
- (C) Quando não se está ligado ao progresso da vida moderna, como ocorre com boa parte dos brasileiros, paga-se com as consequências do atraso.
- (D) Devem-se às oscilações dos líderes da economia mundial boa parcela do desequilíbrio da nossa própria economia.
- (E) Devido à dificuldade de se ajustarem ao ritmo variável da economia mundial, há medidas que, mesmo necessárias, deixamos de tomar.

<p>5. É exemplo de correta transposição da voz ativa para a passiva:</p> <p>(A) O nível de vida dessas populações as coloca à margem da modernidade = Essas populações são colocadas à margem da modernidade por seu nível de vida.</p> <p>(B) Até agora não se estabeleceu a difícil harmonia entre essas duas tendências = Até agora não foi estabelecida a difícil harmonia entre essas duas tendências.</p> <p>(C) Desenvolvem-se necessidades locais muito específicas = Foram desenvolvidas necessidades locais muito específicas.</p> <p>(D) Os países dependem, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico = Os países são dependentes, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico.</p> <p>(E) A nossa economia deve se ajustar a um ritmo variável = A nossa economia deve ser ajustada por um ritmo variável.</p>	<p>8. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Embora se requeram, aqui e ali, medidas locais, não haverá como abstermos-nos de medidas de caráter geral.</p> <p>(B) Se um país não se provir de planos econômicos próprios, estará cada vez mais dependente do ritmo que lhe impor a economia global.</p> <p>(C) Se não nos convir o ritmo ditado pela economia global, fazer-se-á necessário criar um modelo que melhor se adequê à nossa realidade.</p> <p>(D) Os grandes centros econômicos associaram-se e comporaram, paulatinamente, um sistema de mercados ao qual é praticamente impossível um país deixar de pertencer.</p> <p>(E) O que de fato obstrui o desenvolvimento da economia nacional é a oscilação entre direções dificilmente conciliáveis, a que vimos nos sujeitando.</p>
<p>6. Considerando-se o contexto em que a frase ocorre, a expressão sublinhada preserva o sentido da expressão indicada entre parênteses em:</p> <p>(A) <u>Pelo fato de</u> sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso. (<b>Não obstante</b>).</p> <p>(B) <u>Por outro lado</u>, a nossa economia é solicitada a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial. (<b>De outro modo</b>).</p> <p>(C) A economia moderna não permite, <u>senão</u> em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. (<b>a não ser</b>).</p> <p>(D) <u>Assim sendo</u>, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial (<b>ainda assim</b>).</p> <p>(E) Os países dependem, <u>cada vez mais</u>, dos grandes centros do imperialismo econômico (<b>de mais a mais</b>).</p>	<p>9. <i>Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, <u>dos grandes centros em que</u> se concentram as forças do imperialismo econômico.</i></p> <p>Substituindo-se, na frase acima, as formas <b>dependem</b> e <b>se concentram</b>, respectivamente, pelas formas <b>subordinam-se</b> e <b>se irradiam</b>, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) nos grandes centros onde.</p> <p>(B) aos grandes centros de onde.</p> <p>(C) pelos grandes centros aonde.</p> <p>(D) aos grandes centros em cujos.</p> <p>(E) nos grandes centros por onde.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Ao ascender à condição de um grande sistema de mercados, a economia mundial propiciou o poder hegemônico dos grandes conglomerados financeiros.</p> <p>(B) Se os grandes centros econômicos não se emiscuísem decisivamente nas economias nacionais, talvez estas lograssem alcançar um índice expressivo de desenvolvimento.</p> <p>(C) Os economistas podem discentir quanto às soluções para o nosso desenvolvimento, mas reconhecem que o imperialismo econômico é um fator crucial para nosso atraso.</p> <p>(D) A necessidade de sincronizar o ritmo de nossa economia com o da expansão da economia global constitui uma das exigências mais difíceis de serem atendidas.</p> <p>(E) Não fosse a dicotomia das direções econômicas com que nos deparamos, o Brasil talvez não se firmasse numa posição de maior relevância entre os países emergentes.</p>	<p>10. O Brasil é rico em matérias-primas, mas não basta <u>possuirmos matérias-primas</u>, o desejável é que pudéssemos <u>processar as matérias-primas</u>, industrializar <u>essas matérias-primas</u> e auferir todo o lucro potencial <u>embutido nessas matérias-primas</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados, <b>respectivamente</b>, por:</p> <p>(A) as possuirmos - processá-las - industrializá-las - nelas embutido</p> <p>(B) lhes possuirmos - processá-las - industrializá-las - embutido-lhes</p> <p>(C) possuirmo-las - lhes processar - lhes industrializar - nelas embutido</p> <p>(D) as possuirmos - as processar - industrializar-lhes - nelas embutidas</p> <p>(E) possui-las - processar-lhes - industrializar-lhes - embutido-lhes</p>

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

### Governo discute se programa para índios é legal

*Um programa de FM dirigido a índios e outros moradores da fronteira do Brasil com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul, corre o risco de ser considerado ilegal pelo governo federal. Transmitida em nheengatu (segundo o dicionário Aurélio, língua que se originou do tupi), a atração pode ser enquadrada numa lei de 1963, que proíbe veiculações em língua estrangeira. Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações.*

*Mistura de termos indígenas com espanhol e português, o nheengatu originou-se do período da colonização brasileira. Calcula-se que seja utilizado por cerca de 370 mil pessoas no MS. A essa população é dirigido “Nheengatu”, programa da FM educativa de Campo Grande que vai ao ar três vezes por semana e tem estréia marcada na TVE do Estado em agosto. Sua sobrevivência no rádio e sua migração para a televisão são objetos agora da seguinte análise, em curso no ministério: essa é ou não é uma língua “estrangeira”?*

*“Além de tantos crimes históricos contra os índios, querem cometer mais um”, afirmou Bosco Martins, presidente da FM e da TVE, que recebeu do ministério solicitação para encaminhar informações sobre o programa. “O nheengatu foi proibido por D. João IV, em 1727, que queria oficializar o português. Hoje, permanece vivo como uma forma de resistência cultural”, afirma Marlei Sigrist, professora da Universidade Federal do MS, que desenvolveu um estudo sobre o programa.*

*Para Marcos Bitelli, especialista em leis de radiodifusão, o “Nheengatu” não pode ser proibido. “A lei que estabelece restrições a irradiações em língua estrangeira não pode ser aplicada ao nheengatu, que era a principal língua brasileira na colonização”.*

(Laura Mattos, **Folha de S. Paulo**, 18/06/2003)

11. A controvérsia de que trata o texto é de natureza eminentemente

- (A) jurídica, já que se trata de decidir sobre a vigência ou não de uma lei de 1963.
- (B) histórica, pois remonta a um documento produzido em pleno período colonial.
- (C) cultural, já que se trata de qualificar a forma de expressão de uma coletividade.
- (D) econômica, pois envolve interesses particulares que dependem de recursos públicos.
- (E) política, pois implica conflito de interesses entre os diferentes poderes do Estado.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As observações de Bosco Martins, de Marlei Sigrist e de Marcos Bitelli convergem no fundamental – a língua nheengatu deve ser preservada – mas são omissas quanto à legitimidade ou legalidade do programa de rádio.
- II. O argumento de que se vale Marcos Bitelli permite depreender que razões de ordem histórica devem ser levadas em conta num processo de avaliação do que seja uma “língua nacional”.
- III. A jornalista, para dar notícia do fato polêmico, investigou-o, informou-se com autoridades e especialistas e deu voz ao público diretamente envolvido.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Mixto de termos indígenas e hispânicos, segundo o Aurélio, o nheengatu remonta ao regime colonial, onde D. João IV, em 1727, promulgou uma lei em que este era terminantemente revogado.
- (B) Segundo afirma Marlei Sigrist, o nheengatu tem caráter preservativo, conquanto represente uma resistencial cultural contra todos os que vão ao encontro do princípio de sua conservação.
- (C) Bosco Martins sugere que, dentre os crimes por ventura já imputados contra os índios, tal interdição lhe soa como mais um, não lhe parecendo próprio proibir esse programa.
- (D) A transmissão do programa pode vir a ser interrompida, caso entenda a justiça que o “Nheengatu” tipifica uma veiculação em língua estrangeira, o que contraria o disposto na lei de 1963.
- (E) Não é pouco representativa a cifra de 370 mil falantes do nheengatu, idioma com o qual se veiculará o mesmo programa, de sorte que só este fato teria argumentos para se contraditarem à acusação de que é uma “língua estrangeira”.

14. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) A transmissão do programa “Nheengatu”, contra a qual parece ter-se insurgido o Ministério das Comunicações, despertou viva polêmica acerca do que vem a ser uma língua nacional.
- (B) O português e o espanhol, idiomas a cujos vieram somar-se termos indígenas, talvez já tenham merecido alguma contestação quanto ao fato de serem línguas nacionais.
- (C) D. João IV, em 1727, já manifestava a preocupação em que o predomínio de uma língua estrangeira diante da língua oficial representaria um risco para o processo de colonização.
- (D) A ilegalidade do programa radiofônico, cuja a língua é o nheengatu, foi aventada pelo Ministério das Comunicações, que recorreu a especialistas para melhor se informar em face da questão.
- (E) A opinião de Marlei Sigrist, em favor a qual há argumentos antropológicos, é que a divulgação do nheengatu constitui uma forma de resistência cultural, mediante o que devem se engajar os defensores das minorias.

<p>15. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Consta que o <i>nheengatu</i>, uma mistura de termos indígenas com o português tem suas raízes no período colonial brasileiro, chegando a ser proibido por D. João IV em seu intuito de oficializar o português.</p> <p>(B) A indignação de Bosco Martins é das mais justas pois, tendo os índios sido vítimas de tantos crimes, a possível proibição ao “<i>Nheengatu</i>” parece soar como: mais uma violência injustificável.</p> <p>(C) O fato de que cerca de 370 mil pessoas utilizam o <i>nheengatu</i>, mereceria, por si só, uma atenção especial não só das zelosas autoridades federais como de todos aqueles que têm visto na cultura popular, uma forma de resistência.</p> <p>(D) Dado que a lei de 1963 não podia prever o advento da Internet, parece anacrônico hoje em dia estabelecer o confinamento, à frequência de, ondas curtas, dos programas de rádio transmitidos em língua estrangeira.</p> <p>(E) A repórter, precavidamente, valeu-se do dicionário Aurélio, mas certamente obteria melhores e mais precisas informações acerca do <i>nheengatu</i> se, em vez de um dicionário, recorresse a um especialista em línguas indígenas.</p>	<p>18. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Quem está à alguma distância de Campo Grande não pode avaliar à contento o mérito da polêmica à que se refere o texto.</p> <p>(B) Não é aqueles que se instalam nos gabinetes oficiais que cabe a interdição do uso de uma língua à cuja preservação estejam devotados milhares de falantes.</p> <p>(C) Quem visa à restringir a utilização de uma língua das minorias deveria também se ater à toda e qualquer má utilização das chamadas línguas oficiais.</p> <p>(D) As decisões que se tomam à revelia do interesse das populações são semelhantes àquelas tomadas na vigência dos atos institucionais da ditadura militar.</p> <p>(E) Quem se manifeste contrário à uma única manifestação de arbitrariedade está manifestando sua hostilidade à todas as medidas arbitrárias.</p>
<p>16. Para se atender às normas de concordância, é preciso <b>corrigir</b> a forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Não nos <u>parece</u> que sejam irrelevantes quaisquer medidas que visem à preservação de línguas utilizadas pelas minorias.</p> <p>(B) Que não se <u>meça</u> esforços para se preservar ou resgatar um fato cultural que ajude a compreender o nosso passado histórico.</p> <p>(C) <u>Tem</u> havido muitas pressões para garantir os direitos das minorias, tais como a utilização e a veiculação de línguas que resistem ao desaparecimento.</p> <p>(D) As populações a quem <u>interessa</u> preservar seus direitos históricos devem unir-se e mobilizar-se contra medidas autoritárias.</p> <p>(E) Caso politicamente não <u>convenha</u> às autoridades do Ministério das Comunicações proibir o programa “<i>Nheengatu</i>”, este será mantido em sua forma original.</p>	<p>19. A <b>má redação</b> tornou incoerente a seguinte frase:</p> <p>(A) Embora seja compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> tem o direito de ser preservado como uma língua de uso, não podendo ser abolido por decreto.</p> <p>(B) Em virtude de ser compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> deveria ser visto como prova da resistência de uma cultura, e não como ameaça social.</p> <p>(C) A menos que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas pessoas, tampouco poderia ser analisado como um fato cultural de relevância.</p> <p>(D) Ainda que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas centenas de pessoas, isso não deixaria de constituir um fato de relevância cultural.</p> <p>(E) Muito embora seja compreendido e falado por uma pequena minoria, o <i>nheengatu</i> não deixa de ter um significativo valor cultural.</p>
<p>17. Está adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Caso venha a ser considerado nocivo à comunidade, o programa “<i>Nheengatu</i>” deverá ter sido proibido pelas autoridades.</p> <p>(B) A menos que fosse nocivo o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>”, não há razões para que se o houvera proibido.</p> <p>(C) Se o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” vier a se revelar nocivo, só assim se pudesse cogitar de proibir sua transmissão.</p> <p>(D) No caso de que o programa “<i>Nheengatu</i>” se caracterizasse por transmitir idéias nocivas à comunidade, cabe cogitar sua proibição.</p> <p>(E) A menos que o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” possa ser considerado nocivo à comunidade, não há razões para que se venha a proibi-lo.</p>	<p>20. No contexto da frase <i>Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações,</i></p> <p>I. <i>podem operar com outros idiomas</i> equivale a <i>podem se valer de outros idiomas em suas transmissões.</i></p> <p>II. o termo <i>mediante</i> tem o sentido de <i>salvo</i>.</p> <p>III. o termo <i>só</i> tem o mesmo sentido que assume numa frase como <i>Foi encontrado só, em seu quarto.</i></p> <p>Em relação ao enunciado, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Prefeito Municipal passou a exibir nas placas de todas as obras públicas a indicação "GOVERNO TOTONHO FILHO". Assim agindo, o governante ofendeu o princípio da administração pública conhecido como

- (A) moralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) autotutela.
- (D) razoabilidade.
- (E) publicidade.

22. Considere as afirmativas abaixo:

- I. Quando dizemos que a Administração, tomando conhecimento de ilícito administrativo, está obrigada a apurá-lo, sob pena de condescendência criminosa, estamos nos referindo à atuação vinculada.
- II. Só pode praticar um ato aquele a quem a lei atribuiu competência para essa prática.
- III. O Prefeito pode sancionar ou vetar o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, se o fizer dentro do prazo legal para tanto.

A vinculação está presente APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

23. Um dos atributos do ato administrativo é a

- (A) exigibilidade, segundo a qual a Administração executa unilateralmente suas determinações, que são válidas, desde que dentro da legalidade.
- (B) imperatividade, segundo a qual a Administração faz cumprir suas determinações, até com o uso da força, se necessário.
- (C) presunção de legitimidade, segundo a qual, até que se faça prova em contrário, é legítimo, conforme a lei, o ato da Administração.
- (D) auto-executoriedade, segundo a qual a Administração impõe suas determinações, com imediatidade.
- (E) presunção de veracidade, segundo a qual o fato alegado pela Administração é considerado absolutamente verdadeiro.

24. Quando o servidor público passa a ocupar cargo ou emprego público de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuição, diz-se que ele

- (A) recebeu uma promoção, que é uma forma derivada de provimento.
- (B) sofreu transposição *ex officio*, que é uma forma derivada de provimento.
- (C) passou por investidura inicial, uma vez que a dificuldade de exercício do novo cargo é originária.
- (D) foi beneficiado com o aproveitamento, que lhe reconhece capacidade superior à posição anteriormente ocupada.
- (E) mereceu readaptação à sua real capacidade pessoal, um dos modos legais de provimento.

25. Os irmãos Theodomiro e Theobaldo foram aprovados em concurso e foram nomeados para certo cargo público. Ambos tomaram posse, mas Theodomiro não entrou em exercício no prazo de lei. Já Theobaldo entrou em exercício, mas, decorrido o necessário prazo, não satisfaz as condições do estágio probatório. Como não mais trabalham em cargo público, conclui-se que

- (A) Theobaldo foi demitido e Theodomiro foi exonerado a pedido, visto que se presume a desistência voluntária do decurso do prazo para entrar em exercício.
- (B) ambos foram demitidos após o devido processo legal que a Administração lhes moveu.
- (C) Theobaldo foi demitido após o devido processo legal e Theodomiro foi exonerado de ofício.
- (D) Theodomiro foi demitido após o devido processo legal e Theobaldo foi exonerado de ofício.
- (E) ambos foram exonerados de ofício pela Administração.

26. A assessoria jurídica, chamada a opinar, informou ao Prefeito Totonho Filho que ele poderia praticar certo ato com integral liberdade de atuação, conforme a conveniência e oportunidade, devendo apenas observar os limites traçados pela legalidade. Dentre as alternativas possíveis, o Prefeito escolheu a solução que mais lhe agradou e praticou o ato. Pelas indicações dadas, sabe-se, com certeza, que se tratava de um ato

- (A) de império.
- (B) discricionário.
- (C) enunciativo.
- (D) de mero expediente.
- (E) homologatório.

27. Um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Trata-se

- (A) do provimento.
- (B) da estabilidade.
- (C) do cargo público.
- (D) da investidura.
- (E) do exercício.

28. Theodósio, servidor público, foi convidado a cursar pós-graduação no exterior. Foi-lhe deferido o requerimento de afastamento para realizar esse estudo. Nesse caso,

- (A) os vencimentos serão suspensos, visto que o afastamento é concedido para tratar de interesse particular.
- (B) uma futura ausência do país só será possível se decorrido um ano de seu retorno.
- (C) jamais lhe será concedida exoneração antes de decorrido, após o retorno, período igual ao do afastamento.
- (D) essa ausência terá prazo de até três anos, permitida uma prorrogação, por igual período.
- (E) o prazo máximo de ausência não excederá a quatro anos.

<p>29. Em se tratando de responsabilidade, diz-se que as sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si. Todavia, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de</p> <p>(A) decisão civil que reconheça a falta de provas da autoria.</p> <p>(B) decisão criminal que reconheça a falta de provas da autoria.</p> <p>(C) sentença civil que reconheça a inexistência de prova da culpa do servidor.</p> <p>(D) absolvição criminal que negue a autoria.</p> <p>(E) sentença civil ou criminal que reconheça, indevidamente ou não, a prescrição.</p>	<p>32. É INCORRETO afirmar que dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil são</p> <p>(A) o pluralismo político e a cidadania.</p> <p>(B) a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.</p> <p>(C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p> <p>(D) a soberania e a cidadania.</p> <p>(E) a cidadania e a não-intervenção nos Estados.</p>
<p>30. Em se tratando do direito de petição, o direito de requerer, quanto ao ato de cassação de aposentadoria, prescreve em</p> <p>(A) 5 anos.</p> <p>(B) 4 anos.</p> <p>(C) 3 anos.</p> <p>(D) 2 anos.</p> <p>(E) 1 ano.</p>	<p>33. Podem ser propostas emendas à Constituição por, no mínimo,</p> <p>(A) metade dos membros do Senado Federal.</p> <p>(B) metade dos membros do Congresso Nacional.</p> <p>(C) um terço dos membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) três quartos dos membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) três quartos dos membros do Senado Federal.</p>
<p>31. Em relação aos Estados, a Constituição da República prevê que</p> <p>(A) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, bastando apenas a aprovação de Emenda Constitucional.</p> <p>(B) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.</p> <p>(C) não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, ante a união indissolúvel estabelecida no art. 1º da Carta Magna.</p> <p>(D) não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, ainda que através de Emenda Constitucional, porque a organização político-administrativa é uma cláusula pétrea.</p> <p>(E) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante consulta popular e aprovação das Assembléias Legislativas dos Estados envolvidos.</p>	<p>34. A liberdade de associação sindical, constitucionalmente garantida, traz em seu regime a</p> <p>(A) garantia do direito de voto ao trabalhador aposentado que seja filiado.</p> <p>(B) necessidade de acatamento das orientações do Poder Público quanto à organização do sindicato.</p> <p>(C) necessidade de autorização do Estado para a fundação de sindicato.</p> <p>(D) facultatividade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas do trabalho.</p> <p>(E) necessidade de consentimento da entidade sindical para a desfiliação dos trabalhadores sindicalizados.</p> <p>35. Nos termos da repartição de competências legislativas estabelecidas na Constituição Federal, cabe à União, nas matérias de sua competência privativa,</p> <p>(A) estabelecer apenas as normas gerais.</p> <p>(B) estabelecer apenas as normas específicas.</p> <p>(C) autorizar, por lei complementar, os Municípios a legislar sobre questões de interesse local.</p> <p>(D) autorizar, por lei complementar, os Estados a legislar sobre questões específicas.</p> <p>(E) delegar, por lei complementar, aos Estados, a disciplina de questões, gerais ou específicas, em face da ausência de lei federal.</p>

<p>36. No que se refere ao direito de reunião é INCORRETO afirmar, ser um dos seus elementos,</p> <p>(A) a duração limitada.</p> <p>(B) a forma de ação individual ou coletiva.</p> <p>(C) o propósito determinado.</p> <p>(D) a realização em área certa, mesmo que seja em percurso móvel.</p> <p>(E) a finalidade lícita.</p>	<p>40. O presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado dentre outras, a atribuição de</p> <p>(A) enviar ao Congresso Nacional as propostas de orçamento previstas na Constituição.</p> <p>(B) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.</p> <p>(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.</p> <p>(D) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.</p> <p>(E) celebrar convenção e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.</p>
<p>37. Os julgamentos, em recurso ordinário, do crime político e das causas em que forem partes Estado estrangeiro, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, competem, respectivamente, ao</p> <p>(A) Tribunal Regional Federal e ao Tribunal de Justiça dos Estados.</p> <p>(B) Tribunal Regional Federal e ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional Federal.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>41. Independentemente de avença prévia ou de autorização do empregado, permite-se o desconto salarial do valor</p> <p>(A) relativo a dano causado pelo empregado em veículo do empregador, fruto de sua imperícia.</p> <p>(B) pago pelo empregador, na condição de avalista do empregado.</p> <p>(C) de multa aplicada ao empregador, por culpa do empregado.</p> <p>(D) destinado ao pagamento de dívidas civis ou comerciais contraídas pelo empregado.</p> <p>(E) relativo a dano causado dolosamente pelo empregado em equipamento no qual trabalha.</p>
<p>38. No que se refere às atribuições constitucionais do Poder Judiciário, observa-se que as propostas ao Poder Legislativo sobre a alteração da organização e da divisão judiciárias são de competência privativa</p> <p>(A) do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça.</p> <p>(B) do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Alçada.</p> <p>(C) dos Tribunais Superiores, da Mesa da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal.</p> <p>(D) do Presidente da República, dos Governadores de Estado e dos Prefeitos Municipais.</p> <p>(E) dos Governadores de Estado, dos Tribunais Federais e dos Tribunais de Alçada.</p>	<p>42. A sucessão de empresas</p> <p>(A) não afeta, por si só, os direitos trabalhistas adquiridos pelos empregados nem os respectivos contratos de trabalho.</p> <p>(B) representa alteração na propriedade da empresa, atingindo, em consequência, os direitos dos empregados.</p> <p>(C) exime o novo empregador das obrigações trabalhistas contraídas por seu antecessor, por serem anteriores à sua gestão na empresa.</p> <p>(D) transfere a responsabilidade do sucedido para o sucessor apenas se houver concordância expressa deste último.</p> <p>(E) somente é admitida no Direito do Trabalho em se tratando de empresas privadas.</p>
<p>39. No tocante à fiscalização financeira e orçamentária, é certo afirmar que</p> <p>(A) as Constituições estaduais poderão dispor sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove Conselheiros.</p> <p>(B) qualquer pessoa física ou jurídica privada, que guarde dinheiro, bens e valores públicos deverá prestar contas ao Tribunal de Contas.</p> <p>(C) o Tribunal de Contas encaminhará ao Congresso Nacional, semestralmente, o relatório de suas atividades.</p> <p>(D) esta será exercida pelo Senado Federal, mediante controle interno, além do sistema de controle externo de cada Poder.</p> <p>(E) as decisões do Tribunal de Contas de que resultem imputação de débito ou multa, não têm a eficácia de título executivo.</p>	<p>43. As normas de proteção ao trabalho</p> <p>(A) submetem-se à vontade das partes.</p> <p>(B) são de natureza consuetudinária.</p> <p>(C) são imperativas.</p> <p>(D) são facultativas.</p> <p>(E) são programáticas.</p>



<p>44. O prazo máximo de vigência do acordo ou da convenção coletiva de trabalho</p> <p>(A) pode ser livremente convencionado entre as partes.</p> <p>(B) é de 12 meses.</p> <p>(C) é de 15 meses.</p> <p>(D) é de 18 meses.</p> <p>(E) é de 24 meses.</p>	<p>48. É proibido o trabalho do menor de</p> <p>(A) 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.</p> <p>(B) 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.</p> <p>(C) 16 anos em qualquer hipótese, ainda que se trate de aprendiz.</p> <p>(D) 18 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.</p> <p>(E) 18 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 16 anos.</p>
<p>45. Ao tratar das comissões de conciliação prévia, a lei estabelece que</p> <p>(A) as comissões podem ser instituídas no âmbito da empresa ou Sindicato e tanto num quanto noutro caso, serão compostas de no mínimo seis e no máximo doze membros.</p> <p>(B) as comissões têm prazo de dez dias para a realização de sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.</p> <p>(C) a provocação da comissão não suspende o prazo prescricional, salvo quando ultrapassado o prazo legal para realização da sessão de tentativa de conciliação.</p> <p>(D) o termo de conciliação constitui título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, independentemente de ressalva.</p> <p>(E) a ausência do empregador ou do empregado à sessão de conciliação acarreta a inversão do ônus da prova em reclamatória posteriormente ajuizada.</p>	<p>49. NÃO é possível ao trabalhador movimentar a conta vinculada no FGTS em caso de</p> <p>(A) despedida indireta.</p> <p>(B) aposentadoria concedida pela Previdência Social.</p> <p>(C) completar 65 anos de idade.</p> <p>(D) ter dependente portador do vírus HIV.</p> <p>(E) extinção normal do contrato a termo.</p>
<p>46. As faltas injustificadas ao serviço</p> <p>(A) são irrelevantes para o efeito de férias.</p> <p>(B) autorizam o desconto dos dias respectivos no período das férias.</p> <p>(C) não repercutem nas férias, se efetuado o desconto no salário do empregado.</p> <p>(D) refletem na gradação alusiva ao período de férias.</p> <p>(E) implicam na perda do direito a férias.</p>	<p>50. Pelo princípio do <i>jus variandi</i>, o empregador pode</p> <p>(A) alterar, mesmo em prejuízo do obreiro, as condições de trabalho de seus empregados.</p> <p>(B) transferir o empregado para outra localidade, em caso de necessidade do serviço.</p> <p>(C) estabelecer e aplicar multa aos seus empregados por infrações disciplinares.</p> <p>(D) exigir duas horas extras diárias de seus empregados.</p> <p>(E) escolher o local e a data onde irá efetuar o pagamento dos salários.</p>
<p>47. A primeira parcela da gratificação de natal deverá ser paga entre os meses de</p> <p>(A) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.</p> <p>(B) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer até quinze dias antes do início das férias.</p> <p>(C) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado se estas ocorrerem no mês de janeiro.</p> <p>(D) janeiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, a critério do empregador.</p> <p>(E) janeiro e novembro de cada ano.</p>	<p>51. A assistência jurídica gratuita abrange</p> <p>(A) as custas e os emolumentos, mas não os honorários periciais.</p> <p>(B) as custas, os emolumentos e os honorários periciais.</p> <p>(C) as custas e os honorários periciais, mas não os emolumentos.</p> <p>(D) as custas e os honorários do advogado da parte contrária.</p> <p>(E) os emolumentos e os honorários periciais, apenas.</p> <p>52. Um empregado ajuizou reclamação trabalhista em março de 2003, postulando, entre outros pedidos, férias vencidas relativas ao ano de 1997. Contestando o pedido, a empresa argüiu a prescrição. Na teoria do ônus da prova, trata-se de fato</p> <p>(A) notório.</p> <p>(B) constitutivo do direito do autor.</p> <p>(C) impeditivo do direito do autor.</p> <p>(D) extintivo do direito do autor.</p> <p>(E) modificativo do direito do autor.</p>

<p>53. Em reclamação proposta perante uma das Varas do Trabalho, as partes celebraram acordo, devidamente homologado, ocasião em que foi dada quitação geral e irrevogável quanto ao objeto da ação. Não satisfeito com os termos do acordo, seis meses depois, o reclamante ingressa com nova reclamação contra o mesmo empregador, em que, além de postular os mesmos direitos, reclama também o pagamento de horas extras e reflexos, sob a alegação de que estas não lhe foram pagas corretamente. Nesta hipótese,</p> <p>(A) o empregado será considerado litigante de má-fé porque está impedido de propor nova reclamatória contra o mesmo empregador.</p> <p>(B) o termo de conciliação vale como decisão irrecorível, portanto o processo será extinto sem julgamento do mérito.</p> <p>(C) haverá coisa julgada em relação aos pedidos formulados na primeira reclamação, prosseguindo a segunda reclamação apenas em relação ao pedido de pagamento de horas extras e reflexos.</p> <p>(D) ficando comprovado que o acordo foi desfavorável ao empregado, todos os pedidos poderão ser apreciados na segunda reclamatória.</p> <p>(E) o acordo celebrado perante a Vara do Trabalho somente poderá ser impugnado por mandado de segurança.</p>	<p>56. Oficial de Justiça que solicita quantia em dinheiro para deixar de citar o réu de ação de despejo por falta de pagamento comete crime de</p> <p>(A) peculato culposo.</p> <p>(B) corrupção passiva.</p> <p>(C) concussão.</p> <p>(D) prevaricação.</p> <p>(E) condescendência criminosa.</p> <p>57. O funcionário público que dá à verba pública aplicação diversa da estabelecida em lei, para propiciar proveito econômico a uma empresa particular, comete crime de</p> <p>(A) concussão.</p> <p>(B) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.</p> <p>(C) corrupção passiva.</p> <p>(D) peculato.</p> <p>(E) excesso de exação.</p>
<p>54. Proferida a sentença que julgou procedente em parte a reclamação trabalhista, o reclamante verificou que havia contradição entre o dispositivo e a fundamentação. Para eliminar a contradição, deverá interpor</p> <p>(A) recurso ordinário.</p> <p>(B) agravo de petição.</p> <p>(C) agravo de instrumento.</p> <p>(D) embargos à execução.</p> <p>(E) embargos de declaração.</p>	<p>58. Considere as proposições abaixo:</p> <p>I. Os tutores, curadores, síndicos e inventariantes dativos são considerados funcionários públicos para os efeitos penais.</p> <p>II. Caracteriza-se o crime de advocacia administrativa pelo patrocínio, valendo-se da qualidade de funcionário, de interesse privado próprio, perante a Administração Pública.</p> <p>III. O escrevente que revela fato objeto de processo que tramita em seu cartório só comete crime de violação de sigilo funcional se esse processo estiver tramitado em segredo de justiça.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>55. Na reclamatória submetida ao procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que</p> <p>(A) o recurso de revista somente será admitido por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República.</p> <p>(B) o recurso de revista somente será admitido por violação literal de disposição de lei ou da Constituição da República.</p> <p>(C) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias contados do seu ajuizamento, salvo se proposta contra órgão da Administração direta, autárquica ou fundacional, quando é dobrado o prazo para apresentação de defesa.</p> <p>(D) a citação por edital somente será deferida se houver fundados indícios de que o réu se oculta para evitar notificação.</p> <p>(E) cada parte pode ouvir até duas testemunhas, salvo se se tratar de inquérito para apuração de falta grave, hipótese em que esse número é elevado para seis.</p>	<p>59. O crime de facilitação de contrabando ou descaminho</p> <p>(A) pode ser cometido por qualquer pessoa que exercer, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública.</p> <p>(B) pode ser praticado por qualquer pessoa que exercer, de forma permanente e remunerada, emprego ou função pública.</p> <p>(C) só pode ser praticado pelo funcionário que tem, como atribuição legal, prevenir ou reprimir o contrabando ou descaminho.</p> <p>(D) pode ser praticado por qualquer pessoa que exercer de forma permanente, mesmo sem remuneração, cargo emprego ou função pública.</p> <p>(E) pode ser cometido por qualquer pessoa que exercer, ainda que transitoriamente mas com remuneração, cargo, emprego ou função pública.</p> <p>60. A reparação do dano no peculato culposos NÃO extingue a punibilidade do agente se ocorrer</p> <p>(A) após o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(B) após a sentença recorrível e antes do julgamento do recurso.</p> <p>(C) após o recebimento da denúncia e antes da sentença.</p> <p>(D) após o oferecimento da denúncia e antes do seu recebimento.</p> <p>(E) antes do oferecimento da denúncia.</p>